

FUNDAÇÃO CASA MUSEU MÁRIO BOTAS

RELATÓRIO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019



A Fundação Mário Botas, é uma instituição de direito privado e de utilidade pública, que se rege pelos seus estatutos e, nos casos omissos, pelas disposições legais em vigor, e foi instituída por Mário Ferreira da Silva Botas, que assinava, como pintor, Mário Botas, no seu testamento público de seis de Junho de 1983, exarado no 19.º Cartório Notarial de Lisboa. A sede da Fundação é na Freguesia e Concelho da Nazaré, na Rua dos Barrancos n.º 1 – 2450-197 NAZARÉ, mas uma dependência administrativa poderá funcionar em Lisboa, sempre que conveniente, na Rua Luciano Freire, n.º 3, quarto andar, ou seja, na casa do artista.

Fundação propõe-se:

- Promover a divulgação da pintura de Mário Botas, não só em Portugal como em qualquer outro país;
- Criar um Museu na Nazaré com obras do artista, espécies bibliográficas e outras, de carácter artístico e cultural;
- Promover e realizar atividades culturais, como exposições e conferências, editar publicações ou reproduções, autenticadas, e postais, ou comemorar factos, tendo sempre em vista promover a divulgação da obra de Mário Botas;
- Conceder prémios, sempre designados com o nome do artista, sobre temas de arte, bem como bolsas ou viagens de estudo;
- Cooperar com as autarquias locais e instituições oficiais ou particulares, de ensino, de cultura e de museologia em tudo quanto se relacione com o progresso intelectual, artístico e cultural em geral, e, em particular, com a instalação e manutenção do museu do Artista.

CAPITULO I

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

Do Plano de atividades aprovado para o ano de 2018 constavam atividades destinadas a cumprir algumas das “Orientações estratégicas “aprovadas:

Reorganização do CA

Abertura das instalações com exposição de obras de Mário Botas

Divulgação da obra de Mário Botas

Organização do espólio de Mário Botas

Obtenção de fontes de financiamento

ACTIVIDADES CONCRETIZADAS

B.1 RENÚNCIA A CARGOS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. Por força da renúncia em dezembro de 2017 do Presidente Benigno Almeida Faria, e da vogal Isabel de Castro, por cooptação, foram preenchidos os lugares do CA por Ruben de Freitas Cabral, como Presidente, e por Jaime Fernando Silva, como vogal.

B.2 ABERTURA DO MUSEU E SEDE DA FMB Ainda que estivesse prevista a sua concretização até dezembro de 2018, tal não se conseguiu. Prosseguiram trabalhos de acabamento com vista às condições para obter a licença de utilização. Foi adquirida e colocada estrutura em vidro acrílico com vista à identificação da Fundação e do Museu. O registo do edifício na Conservatória do Registo Predial está dependente do esclarecimento da cláusula de reversão constante do contrato de cedência pelo Município da Nazaré de parte do terreno em que o Edifício-sede está implantado. O protocolo com a CMN foi revisto e aprovado, contemplando a disponibilização da Sala de Formação nos termos nele constantes. A legalização do registo predial envolveu Reuniões com a CMN, e advogados, prosseguindo as ações com vista a ultrapassar as situações de propriedade pendentes.

B.3 DIVULGAÇÃO DA OBRA DE MÁRIO BOTAS

B.3.1 EDIÇÕES Ainda que previsto, por dificuldades do editor, em 2018 não foram publicadas reedições de O Senhor Custódio, texto de Raul Brandão manuscrito pelo pintor, com pinturas suas alusivas ao texto e de Spleen, conjunto de cinquenta aguarelas de Mário Botas, relacionadas com os 50 «petits poèmes en prose» de Charles Baudelaire (Le Spleen de Paris) e uma outra que serve de capa do ciclo. Da edição constarão os textos originais e respetivas traduções em português, bem como textos sobre o pintor e sobre o escritor. **ACESSO À OBRA**

DO PINTOR A FMB autorizou a reprodução de desenhos de Mário Botas com vista a ilustrar publicações, livros e revistas, editados em Portugal. A FMB abriu o espólio artístico de Mário Botas a atividades de investigação científica, nomeadamente como apoio a investigação e teses de mestrado: o Disponibilização de materiais e informações na fase de preparação da tese de Mestrado da Dr.ª Arlinda Fortes, no âmbito museológico e museográfico, sobre o Museu Mário Botas e a obra do pintor, tese que foi orientada pela Prof.ª Doutora Elsa Garrett Pinho, na Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa. o Disponibilização pela Fundação, de materiais e informações na fase de preparação da tese de Mestrado “Roteiro de Mário Botas”, da Dr.ª Anabela Ferreira.

CAPITULO II

ANALISE ECONÓMICA E FINANCEIRA:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- ❖ Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto;
- ❖ Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- ❖ Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura Conceptual);
- ❖ Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- ❖ Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas).+

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação Mário Botas, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Instituição se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto de que se verifique continuidade das operações, e na aferição do regime de acréscimo, utilizando para isso, os modelos das

demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO ÀS CONTAS

ANALISE PATRIMONIAL:

1. A 31 De Dezembro de 2019 o valor patrimonial constante do balanço dos ativos não correntes é de 3 044 265,29€, sendo constituído maioritariamente pelos valores patrimoniais dos bens imoveis da Fundação com o valor de 2.046 661,95€, propriedades de investimento nomeadamente as obras do Pintor Mário Botas com o valor de 900.497,90€ e 32.421,86€ de investimento financeiros.
Quanto ao ativo circulante regista um saldo de 64 683.58€, que consta unicamente do saldo da conta de depósitos à ordem.
2. Os capitais próprios registam um saldo global de 3 013 402,75€, não havendo grandes alterações no saldo das subcontas quando comparados com os saldos dos exercícios anteriores. Registamos na conta de resultados um saldo de 25 055,50€ e a alteração natural da conta dos resultados transitados por força da inclusão dos lucros do ano de 2019.
3. Relativamente ao passivo regista um saldo de 4 564,29€, provenientes de um saldo em transito de um fornecedor das Obras e trabalhos em curso, sede da Fundação na Avenida Vieira Guimarães na Nazaré, uma dívida a pagar à segurança social em janeiro de 2020 no valor 106,74, o valor de adiantamento da venda de um imóvel em Lisboa no valor de 16 500,00€
4. Da análise resulta que o passivo tem um peso de 1.1% relativamente aos ativos, tratando-se de um valor perfeitamente irrelevante, tanto quanto ao peso de estrutura, quer como à capacidade de liquidez para resolver no curto prazo aquela dívida.

BALANÇO:

ACTIVO	2019	2018
ACTIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	2 046 661,95 €	2 032 774,26 €
Propriedade de Investimento	900 497,90 €	900 497,90 €
Investimentos Financeiros	32 421,86 €	32 421,86 €
Ativos intangíveis	- €	- €
Ativos por impostos diferidos		
Total ACTIVO NÃO CORRENTE	2 979 581,71 €	2 965 694,02 €
ACTIVO CORRENTE		
Inventários		
Ativos biológicos		
Clientes	1 503,93 €	
Adiantamentos a fornecedores		
Estado e outros entes públicos	- €	- €
Acionistas/sócios		
Outras contas a receber		
Diferimentos		
Ativos não correntes detidos para venda		
Depósitos bancários	63 179,65 €	32 344,74 €
Caixa		
Total ACTIVO CORRENTE	64 683,58 €	32 344,74 €
TOTAL DO ACTIVO	3 044 265,29 €	2 998 038,76 €

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2019	2018
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital realizado		
Acções (quotas) próprias		
Reservas legais		
Outras variações capital		
Resultados transitados	349 331,55 €	319 845,59 €
Ajustamentos em activos financeiros	2 357 373,03 €	2 357 373,03 €
Excedentes de revalorização	281 642,37 €	281 792,37 €
Resultado líquido do período	25 055,50 €	29 486,96 €
Interesses minoritários		
Total CAPITAL PRÓPRIO	3 013 402,45 €	2 988 497,95 €

PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões		
Financiamentos obtidos (empréstimos bancários)		
Passivos por impostos diferidos		
Outras contas a pagar		
Total PASSIVO NÃO CORRENTE		
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	4 564,29 €	
Adiantamentos de clientes		
Estado e outros entes públicos	106,74 €	- €
Outras contas a pagar	26 191,81 €	9 540,81 €
Outros passivos financeiros		
Passivos não correntes detidos para venda		
Total PASSIVO CORRENTE	30 862,84 €	9 540,81 €
TOTAL DO PASSIVO	30 862,84 €	9 540,81 €
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	3 044 265,29 €	2 998 038,76 €

ANALISE ECONOMICA:

1. O resultado líquido do exercício é de 25 055,50€;
2. As receitas foram 37 520,00€, provenientes unicamente das rendas obtidas do aluguer do imóveis propriedade da Fundação;
3. A conta de fornecimentos serviços de terceiros registou um saldo de 10 243,55€;
4. Registando um saldo de 948,36€ a conta de outros gastos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

RENDIMENTOS E GASTOS	2019	2018
Vendas		
Prestação de serviços		
Subsídios à exploração		
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias		
Variações nos inventários de produção		
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		
Fornecimentos e serviços externos	- 10 243,55 €	- 6 080,87 €
Gastos com o pessoal	- 1 272,59 €	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		
Provisões (aumentos/reduções)		
Imparidade de investimentos não depreciables		
Outros rendimentos e ganhos	37 520,00 €	37 669,00 €
Outros gastos e perdas	- 948,36 €	- 2 102,17 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	25 055,50 €	29 485,96 €
Gastos/reversões de depreciações e de amortização		
Imparidade de investimento depreciables/amortizáveis		
Resultado operacional (antes de gastos e financiamento e impostos)	25 055,50 €	29 485,96 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados	- €	1,00 €
Resultados antes de impostos	25 055,50 €	29 486,96 €
Imposto sobre o rendimento do período		
Resultado Líquido do período	25 055,50 €	29 486,96 €

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Rubricas	Períodos	
	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	34 627,00 €	37 669,00 €
Pagamentos de subsídios	2 893,00 €	0,00 €
Pagamentos a fornecedores	- 12 464,50 €	-17 631,79 €
Pagamentos ao pessoal	0,00 €	0,00 €
Caixa gerada pelas operações	25 055,50 €	20 037,21 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	25 055,50 €	20 037,21 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	16 500,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	16 500,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Pagamentos respeitantes a:		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	0,00 €	0,00 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	9 210,76 €	20 037,21 €
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00 €	0,00 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	32 344,74 €	12 307,53 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período	41 555,50 €	32 344,74 €

1.1. INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCECIONAIS TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

1.2. INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

Os saldos das respetivas contas do balanço e demonstração de resultados relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2019, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

É de referir, que o resultado líquido obtido é de vinte nove mil quatrocentos e oitenta cinco euros e noventa e seis cêntimos.

Para além do referido não ocorreram operações relevantes durante o exercício em análise.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação Mário Botas, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

a) DEPRECIAÇÕES

Não existem depreciações para o período.

Rubricas	31 de Dezembro 2019				
	Saldo inicial	aquisições	depreciações	Abates	Saldo Final
Edifícios e outras construções	2 026 025,02 €	13 887,69 €			2 039 912,71 €
Equipamento básico	4 563,70 €				4 563,70 €
Ferramentas	- €				€
Equipamento administrativo	2 185,54 €				2 185,54 €
Outros ativos fixos	- €				€

IMPARIDADE DE ATIVOS

Não se registou imparidade de ativos.

2.3. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa de depósitos bancários no final do período.

Rubricas	31 de dezembro 2019			
	Saldo inicial	variação		Saldo Final
Caixa	8,45 €	766,40 €		774,85 €
Depósitos Ordem	32 336,29 €	30 068,51 €		62 404,80 €
Depósitos Prazo	- €			- €
Aplicações Financeiras	- €			- €
total disponibilidades	32 344,74 €	30 834,91 €		63 179,65 €

RÉDITO

O rédito relativo as rendas é reconhecidas pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes.

Rubricas	31 de dezembro 2019		
	2019	variação	2018
Rendas	37 520,00 €	- 149,00 €	37 669,00 €
Serviços Prestados	- €	- €	- €
Subsídios	- €	- €	- €
Vendas	- €	- €	- €
total Reditos	37 520,00 €	- 149,00 €	37 669,00 €

2.4. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Existe uma dívida a fornecedores à empresa Pedro Pombo Extintores no valor de 4 106,19€, e a empresa Mascea no valor de 307,50€ sendo registada pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do valor temporal é considerado imaterial.

2.5. FINANCIAMENTO OBTIDOS

Não existem financiamentos externos.

2.6. SUBSÍDIOS DO ESTADO OU OUTROS ENTES PÚBLICOS

No exercício de 2019 não foram recebidos subsídios do estado ou de outros entes públicos.

2.7. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS

A demonstração dos FSE é preparada através do método direto sendo a sua decomposição a que a seguir se apresenta:

Rubricas	31 de Dezembro 2018			
	2019	variação	%	2018
Trabalhos especializados	1 107,01 €	- €	0%	1 107,01 €
Comissões	353,76 €	- 89,60 €	-25%	443,36 €
Conservação	2 348,00 €	1 964,52 €	84%	383,48 €
Material escritório	25,00 €	- 11,00 €	-44%	36,00 €
Eletrecidade	1 839,99 €	- 15,95 €	-1%	1 855,94 €
Combustíveis	49,57 €	33,57 €	68%	16,00 €
Água	542,71 €	138,76 €	26%	403,95 €
Deslocações	52,40 €	- 14,30 €	-27%	66,70 €
Rendas		- 1 431,70 €		1 431,70 €
Seguros		- 164,24 €	#DIV/0!	164,24 €
Contencioso		- 287,25 €	#DIV/0!	287,25 €
Comunicação	148,22 €	148,22 €	-100%	- €
Outras despesas	3 546,90 €	3 532,88 €	100%	14,02 €

a) JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF e SNLC, o Conselho de Administração da Organização utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nas mesmas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

b) PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Organização, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Nazaré, 28 de junho de 2020

O CC nº20152

(Nuno Alexandre Pedro Amaro Batalha)